



## ATOS FORA BOLSONARO LEVAM PARA AS RUAS A LUTA CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES



No dia em que o país atingiu a marca de meio milhão de mortos pela Covid-19, a população tomou as ruas de mais de 400 cidades do País para protestar contra o governo Bolsonaro. No sábado, 19, milhares de brasileiros responsabilizaram o presidente pelas mortes, pela fome, pelo desemprego, pela falta de vacinas para todos.

O protesto anterior, de 29 de maio, teve característica mais espontânea e presença majoritária da juventude não organizada. Desta vez, as organizações dos trabalhadores, em especial a CUT e seus sindicatos, o MST e os partidos de esquerda deram a cor de luta de classes aos atos, exigindo o auxílio emergencial de R\$ 600, vacina, emprego, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e denunciando as privatizações, os cortes na Educação e a Reforma Administrativa.

O projeto neoliberal da direita foi posto em xeque pelo povo nas ruas, dois dias após o Senado ter aprovado a Medida Provisória 1.031/2021, que permite a privatização da Eletrobras. A MP precisa da aprovação final do Congresso até o dia 22, quando perde a validade. Ela compromete a soberania nacional, ao tirar do controle do Estado a empresa que é a maior produtora e distribuidora de energia do país. Os termos do projeto criam “oligopólios setoriais” que vão reduzir a

concorrência e encarecer as tarifas de luz para a população.

O ataque à Eletrobras levou os trabalhadores dos Correios a fortalecerem sua luta contra a privatização da estatal, também na mira dos privatistas. Em todos os atos do país, houve palavras de ordem em defesa das estatais.

Bolsonaro se mantém no poder com apoio dos militares e da grande burguesia, que o pressiona a acelerar as medidas de desmonte do Estado brasileiro. Com a população mostrando sua revolta nas ruas, o cenário eleitoral de 2022 tende a se modificar e obrigará a direita a buscar caminhos para evitar a polarização Bolsonaro X Lula. Por isso mesmo, os trabalhadores não podem esperar por 2022 enquanto pagam pela crise criada pela burguesia, para a qual Bolsonaro governa.

É urgente organizar a luta contra o conjunto das políticas neoliberais que destrói os empregos e a renda do povo. O próximo passo deve ser ganhar as ruas com mobilizações organizadas pelos partidos de esquerda e pelas entidades de luta dos trabalhadores, seus sindicatos e Centrais, com greves e paralisação da produção. É preciso convocar assembleias de trabalhadores e fazer ampla agitação para organizar a Greve Geral.

## 30 DE JUNHO: PARALISAÇÃO NACIONAL DA ENFERMAGEM



Convocada e construída por confederações, federações, sindicatos e Associações que representam os trabalhadores da enfermagem, a paralisação se dará em defesa do Piso Salarial Nacional e da regulamentação da carga horária da categoria. Uma luta de 20 anos que ganhou visibilidade com a pandemia de Covid-19.

A enfermagem no país é composta por 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. Sua luta tem atraído oportunistas eleitorais, que se alojam nos conselhos de Classe (CORENS e COFEN) e negociam rebaixamento dos valores propostos no projeto inicial, traindo a categoria para favorecer a eleição de representantes das elites econômicas, donos de Hospitais e convênios médicos. Os rebaixamentos vão de R\$7.600 para R\$4.200 para enfermeiros e de R\$5000 para R\$2500 para técnicos.

O momento exige a pressão dos profissionais de todo país, uma vez que os setores privados da Saúde enriqueceram absurdamente durante a pandemia. É hora de aprovar o Piso e a Jornada. Todos paralisados no dia 30 de junho, por valorização, dignidade e respeito. Você precisa fazer parte desta luta!

## ATAQUES AOS SINDICATOS DE DOCENTES DAS UNIVERSIDADES: MAIS UMA FACE DO AUTORITARISMO DO GOVERNO BOLSONARO



Na última semana, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF-PB) e do Sindicato dos Trabalhadores em Ensino Superior do Estado da Paraíba (SINTES-PB) foram intimadas a desocupar as sedes dos seus sindicatos sob pretexto de cobrança de dívidas de aluguel. O caso é emblemático, pois a UFPB tem um Reitor Interventor indicado pelo governo Bolsonaro, que quer desmontar a estrutura sindical da categoria docente. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomenda a cobrança de aluguéis das entidades sindicais.

Os sindicatos de docentes são os espaços onde se organiza a resistência contra a postura negacionista do Governo Federal em relação à ciência, contra os cortes de recursos da Educação e contra as perseguições políticas a docentes. Calar as entidades

sindicais de é uma das tarefas da imposição de reitores interventores.

A Luta tem que ser cada dia maior para a derrubada desse governo e em defesa da educação pública, da ciência e da organização dos trabalhadores.

## CORREIOS: FIM DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DOS SÁBADOS



No dissídio coletivo do ano passado, com decisão final do TST, apenas cláusulas consideradas “sociais” do Acordo Coletivo de Trabalho dos trabalhadores dos Correios foram mantidas. Uma das perdas foi a cláusula que previa valor complementar de 15% para os que trabalham aos sábados de forma optativa.

Os trabalhadores perderam a compensação financeira para quem trabalha aos sábados. Recentemente os sindicatos de Brasília e Alagoas ganharam ações judiciais que pleitearam os pagamentos pelas horas trabalhadas aos sábados e a concessão do vale alimentação. Na Paraíba a decisão, em primeira instância, deve sair nos próximos dias.

A conjuntura vivida pelos trabalhadores dos Correios, com assédios diários e ameaça de privatização colocada por Bolsonaro e Paulo Guedes é parte dos ataques previstos na agenda econômica desse governo, que vem levando a população à extrema

pobreza, desemprego e ao abismo social.

**Fora Bolsonaro e todo o seu Governo!**

**Não à privatização dos Correios!**

**Concurso Público já!**

**Por uma Campanha salarial que unifique os trabalhadores!**

## SERPRO: PRIVATIZAÇÃO SORRATEIRA



Um amigo ponderou:

“Esta semana está se consumando mais um passo na direção da privatização do Serpro. Nada que chame muita atenção... Também, as urgências da pandemia fazem com que não sobre espaço nas agendas para o grave cenário da pós-pandemia, quando a ausência do poder público atuando por meio das estatais se fará notar de maneira dramática. De resto, as consultas públicas foram, há muito, descartadas como método de governança aplicável nesse governo (antes o inominável decidia e pronto – agora negocia a soberania do país com a maioria parlamentar oportunista e flutuante do chamado Centrão).

Trata-se do esvaziamento da área de Educação do Serpro ([www.moodle.ead.serpro.br](http://www.moodle.ead.serpro.br)), lotadas na Diretoria de “Desenvolvimento Humano”... O que se quer destacar é a desvalorização da educação no contexto corporativo, e o dano potencial que isso acarreta na evolução institucional, o que reforça a hipótese de ser mais uma ação na direção da privatização.”

A reflexão entrou em vários outros detalhes. E concluiu este amigo: “Embora esteja disseminada a ideia de que Guedes e sua turma não sejam capazes de promover a privatização até o final do atual mandato, o fato é que ela ocorre lenta e inexoravelmente em cada gesto de uma pretensa racionalização, amparada em consultorias que não têm a menor independência para discorrer sobre a modernização do setor público”.